



Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Especialização em Direitos Humanos e Saúde



Curso de Especialização em Direitos Humanos e Saúde (2022)

Módulo: Construção do SUS – a expressão de um desejo

Professores: Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos e Rosangela Gaze

Especializanda: Hana Yasmim Marques Silva de Souza

Há possibilidades de organizar reivindicações sindicais de natureza sociopolítica ampla e solidária?

Uma certa simplificação das contradições sociais ganhou amplitude no campo político-ideológico com a implementação das políticas econômicas e sociais restritivas de cunho neoliberal, no momento de implantação do SUS. Segundo Andreazzi (11/05/2022), adquiriu relevo sob o discurso da universalização e da equidade nos termos do Banco Mundial a argumentação de que a utilização do sistema público de saúde por categorias de maior renda tira o lugar dos mais pobres. A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda apontou como principal problema das políticas sociais no Brasil o privilégio concedido pelo atual sistema... a grupos de renda mais alta.

O combate aos direitos sociais, genericamente estigmatizados como privilégios, tem assumido um dos aspectos centrais no discurso neoliberal e alcançado, uma hegemonia regressiva. As classes dominantes obtiveram uma hegemonia, ainda que de modo superficial, instável, precária, e com impacto desigual sobre os diferentes setores dos trabalhadores. Hegemonia conquistada sem concessões econômicas e, ao contrário, retirando e restringindo direitos das classes dominadas, neste sentido seu caráter regressivo. No Brasil, historicamente, o acesso restrito e segmentado aos direitos sociais gerou contradições no interior das classes trabalhadoras da cidade e do campo. Ao longo do tempo, suscitaram nos trabalhadores preteridos pelos direitos sociais uma revolta difusa, vocalizada na cena política pela ideologia neoliberal e negligenciada pelo sindicalismo.

O movimento sindical foi atingido pela implantação da política neoliberal, que não poupou nem mesmo os setores de melhor organização (metalúrgicos do ABC, bancários, petroleiros e servidores públicos). Os trabalhadores não ficaram passivos e empreenderam resistências diferenciadas, como a greve dos petroleiros de 1995, as ocupações dos

trabalhadores rurais sem-terra e a constituição de movimentos sociais e de trabalhadores vitimados por acidentes e doenças do trabalho, com atuação internacional, como redes em contraposição aos grupos hegemônicos. Todavia, a trajetória tem sido marcada por ambiguidades. Promoveu manifestações contrárias à privatização das empresas estatais e à flexibilização dos direitos trabalhistas, mas assimilou, em parte, propostas restritivas aos direitos dos trabalhadores, como no caso da reforma da previdência social e dos acordos para implantação de banco de horas.

Neste mesmo ano, no Fórum de Saúde Suplementar promovido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), postulou que a ANS enfrente os problemas dos altos reajustes dos planos; de credenciamento e insuficiência da rede pelas operadoras, restrições de acesso a serviços de média e alta tecnologia; e a garantia de cobertura integral a todas as doenças. Propôs ainda o atendimento pelos planos ao trabalhador acidentado, mas sem mencionar suas limitações... nas ações de prevenção e intervenção no ambiente de trabalho e de controladora e recolocadora imediata do trabalhador na produção/serviço.

Apesar das ressalvas, o pleito sindical à ANS expressa o recrudescimento, a partir da segunda metade dos anos 90, de conflitos sindicais em torno das chamadas cláusulas sociais.

O acelerado crescimento da informalidade e da precarização nas relações de trabalho, do desemprego e a redução dos rendimentos reais dos trabalhadores imporia aumentar a pressão sobre o SUS. Por um lado, porque reforça a tendência do sistema público como única alternativa para a maioria dos trabalhadores. Por outro, pela possibilidade de canalizar em favor do SUS os descontentamentos do operariado qualificado, dos assalariados e de setores médios pressionados pela queda de seus rendimentos e pelo aumento nos custos e demais conflitos com os planos de saúde. A iniciativa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor de São Paulo em editar uma cartilha apontando o SUS como o melhor Plano de Saúde pode indicar a presença desta possibilidade.

Então, estariam vedadas para o sindicalismo brasileiro as possibilidades de organizar ações reivindicativas de natureza social e política ampla e solidária? A complexidade desse processo não permite uma afirmação tão peremptória. A este respeito, se na sociedade a única previsão realista é a da luta, as circunstâncias sempre podem favorecer a emergência de lutas mais amplas, dependendo, em boa medida, da capacidade das lideranças saberem aproveitar as circunstâncias.

“Trabalhadores da Saúde: Uma só classe, muitos regimes de contratação” –

Leia o texto completo [aqui...](#)